



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III - GUARABIRA
CENTRO DE HUMANIDADES “OSMAR DE AQUINO”
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

ALAN DA SILVA NEPOMUCENA

**CONTRIBUIÇÕES DA GESTÃO ESCOLAR PARA A GARANTIA DO DIREITO DA
APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

**GUARABIRA/PB
2023**

ALAN DA SILVA NEPOMUCENA

**CONTRIBUIÇÕES DA GESTÃO ESCOLAR PARA A GARANTIA DO DIREITO DA
APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a/ao Coordenação /Departamento do Curso Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Área de concentração: Gestão Educacional.

Orientador(a): José Baptista de Mello Netto

Co-orientador(a): Prof^a. Drn^a. Livia Maria Serafim Duarte Oliveira

**GUARABIRA/PB
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

N432c Nepomucena, Alan da Silva.
Contribuições da gestão escolar para a garantia do direito da aprendizagem na educação inclusiva [manuscrito] / Alan da Silva Nepomucena. - 2023.
31 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2023.

"Orientação : Prof. Dr. José Baptista de Mello Netto, Coordenação do Curso de Direito - CH. "

1. Gestão Escolar. 2. Pessoa com Deficiência. 3. Garantias de Direitos. 4. Educação Inclusiva. I. Título

21. ed. CDD 370.115

ALAN DA SILVA NEPOMUCENA

CONTRIBUIÇÕES DA GESTÃO ESCOLAR PARA A GARANTIA DO DIREITO DA
APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado a/ao Coordenação
/Departamento do Curso de Pedagogia da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
Licenciatura em Pedagogia.

Área de concentração: Educação.

Aprovada em: 01/12/2023.

BANCA EXAMINADORA



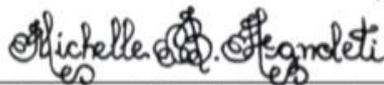
Prof. Dr. José Baptista de Mello Neto (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Me. Lívia Maria Serafin Duarte (Co-orientadora)
Doutoranda – Rede Nordeste de Ensino (Polo UEPB)



Prof. Dra. Mônica de Fátima Guedes de Oliveira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dra. Michelle Barbosa Agnoleti
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Em memória a minha querida avó Josefa,
ao meu pai Paulo e a minha mãe Maria
pelo incentivo, conselhos, cuidado,
carinho e amor, DEDICO.

*“Educar verdadeiramente não é ensinar fatos novos
ou enumerar fórmulas prontas, mas sim preparar a
mente para pensar”*

(Albert Einstein)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 GESTÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: AVANÇOS E DESAFIOS	17
2.1 O PAPEL DO GESTOR ESCOLAR NA GARANTIA DOS DIREITOS DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	25
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERÊNCIAS.....	31

CONTRIBUIÇÕES DA GESTÃO ESCOLAR PARA A GARANTIA DO DIREITO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

CONTRIBUTIONS OF SCHOOL MANAGEMENT TO ENSURE THE RIGHT TO LEARNING IN INCLUSIVE EDUCATION

Alan da Silva Nepomucena

RESUMO

Na contemporaneidade a inclusão desenvolve-se a partir de conquistas e desafios a qual o grupo de pessoas com deficiência enfrentam no cotidiano social no processo de escolarização. É verídico que as instituições escolares não podem fugir dos seus padrões impostos pela sociedade na questão da inclusão. A inserção traz diversos questionamentos e faz necessário refletir sobre o entendimento sobre o papel da gestão escolar na instituição escolar inclusiva no contexto da educação. Neste sentido, o presente estudo tem como objetivo geral investigar as contribuições da gestão escolar na garantia dos direitos da aprendizagem na educação inclusiva. Antes das reflexões realizadas sobre o papel do gestor na Educação Inclusiva buscamos indagar: como a gestão escolar democrática e participativa pode contribuir para a garantia dos direitos da aprendizagem na Educação Inclusiva? A abordagem metodológica deste estudo é qualitativa em educação, que em primeiro momento configurou-se como sendo exploratória, posteriormente bibliográfica e documental, assim, utilizamos como referencial teórico: Freire (2000); Garay (2011); Libâneo (2009); Mantoan (2003); Menegat (2018); Paro (2001); Saviani (2008); Tezani (2004) e entre outros autores que orienta e conduz o entendimento do presente estudo. Nos fundamentamos ainda, nos documentos oficiais tais como: Declaração de Salamanca (1997); Constituição Federal (1988); Lei de Diretrizes Bases da Educação Brasileira - LDB (Lei nº 9.394/96); Lei Brasileira de Inclusão – LBI (Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/15); Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE/CBE Nº 7/2010) para promover a discussão legal sobre a garantia dos direitos na contextura escolar. A educação inclusiva atualmente vem sendo pautada permanentemente na sociedade. A gestão escolar democrática e participativa proporcionará uma escola mais ativa, reestruturando seu sistema de ensino, adotando novos modelos de gestão, refletindo suas práticas advindas pelas mesmas e buscando a introdução e interação com o meio social e comunidade. A educação inclusiva tem como características integrar aqueles alunos que têm necessidades especiais, mas que precisam ser vistos com humanidade. Portanto, as concepções inclusivas fazem-se necessário para que as escolas se modifiquem/transformem em ambientes inclusivos, mas de qualidade, que valorizem as diferenças culturais, sociais, as físicas e sem excluir as emocionais que é importante, assim atendendo as deficiências de cada alunado.

Palavras-Chave: Gestão Escolar; Pessoa com Deficiência; Garantias de Direitos; Educação Inclusiva.

ABSTRACT

In contemporary times, inclusion unfolds through achievements and challenges that the group of people with disabilities faces in everyday social life and the educational process. It is true that educational institutions cannot escape the societal standards imposed on the issue of inclusion. The integration brings forth various questions and necessitates reflection on the understanding of the role of school management in an inclusive educational institution within the context of education. In this regard, the present study aims to investigate the general contributions of school management in ensuring the rights to learning in inclusive education. Before delving into reflections on the role of the manager in Inclusive Education, we inquire: How can democratic and participatory school management contribute to ensuring learning rights in Inclusive Education? The methodological approach of this study is qualitative in education, initially configured as exploratory, subsequently bibliographical and documentary. We use as a theoretical framework the works of Freire (2000), Garay (2011), Libâneo (2009), Mantoan (2003), Menegat (2018), Paro (2001), Saviani (2008), Tezani (2004), and other authors guiding and informing the understanding of this study. Additionally, we base our study on official documents such as the Salamanca Statement (1997), the Federal Constitution (1988), the Brazilian Education Guidelines and Bases Law - LDB (Law No. 9.394/96), the Brazilian Inclusion Law - LBI (Statute of Persons with Disabilities, Law No. 13.146/15), and the National Council of Education Resolution (CNE/CBE No. 7/2010) to facilitate legal discussions regarding the guarantee of rights in the school context. Inclusive education is currently a recurring theme in society. Democratic and participatory school management will provide a more active school, restructuring its educational system, adopting new management models, reflecting on its practices, and seeking introduction and interaction with the social environment and community. Inclusive education is characterized by the integration of students with special needs, who need to be seen with humanity. Therefore, inclusive conceptions are necessary for schools to transform into inclusive, yet quality environments that value cultural, social, physical, and emotional differences, thus addressing the needs of each student.

Keywords: School Management; Person with Disabilities; Rights Assurance; Inclusive Education.

1 INTRODUÇÃO

Nas instituições escolares o apoio, a participação ativa dentro do contexto educacional é mais que investigar conceitos, dialogar, ou seja, é um trâmite lento e complexo, em que conhecer os conflitos existentes no dia a dia e saber como mediar situações tornando-as precípuas. Entretanto, a gestão escolar democrática e participativa proporcionará uma escola mais ativa, reestruturando seu sistema de ensino, adotando novos modelos de gestão, refletindo suas práticas advindas pelas mesmas e buscando a introdução e interação com o meio social e comunidade.

Posto isto, entra a importância da participação dos pais e responsáveis, comunidade e principalmente se faz necessário a colaboração participativa de órgãos de representação para que, daí em diante possa ser caminhado a construção de uma educação inclusiva que tem como características integrar aqueles alunos que têm necessidades especiais, mas que precisam ser vistos com humanidade. Pois é por meio deste, que a comunidade escolar entenderá que cada aluno tem suas respectivas particularidades e que elas podem/devem ser vistas como contraste, ou seja, uma diversidade encarada normalmente e não ser olhada como certa problematização dentro de uma sociedade tão preconceituosa.

A educação inclusiva atualmente vem sendo pautada permanentemente na sociedade. Visto que, o espaço escolar, ou melhor dizendo, o espaço educativo não conseguiria limitar-se a evocar uma educação só para uma parte/minoria de uma população, à frente do novo paradigma em que a sociedade do conhecimento aflora, requerendo constantemente uma atualização contínua dos saberes educativos. Em razão de que as pessoas na atualidade têm que estar sempre em formação continuada porque diante dos obstáculos e das exigências que o mercado de trabalho exige, têm a necessidade desse aperfeiçoamento contínuo tanto pessoal quanto profissional para a vida de cada trabalhador.

Nessa perspectiva, em consonância com a temática estudada, atualmente percebemos que muitos docentes profissionais da educação brasileira, infelizmente ainda não veem ou valorizam a diversidade como também as diferenças como fator positivo dentro das classes educativas na aprendizagem e interação entre os alunos, expondo que as formações previstas nas leis, possam não estar acontecendo de

uma forma a contemplar aspectos importantes, ou essenciais, para a inclusão social dentro da escola. E de acordo com Mantoan (2015, p. 79) diz que:

Na formação em serviço, os professores reagem inicialmente aos modos de ensinar inclusivos, a uma pedagogia da diferença, porque estão habituados a aprender de maneira fragmentada e instrucional. Eles esperam por uma formação que lhes ensine a dar aulas para alunos com deficiência, dificuldade de aprendizagem e/ou problemas de indisciplina. Ou melhor: anseiam por uma formação que lhes permita aplicar esquemas de trabalho pedagógico predefinidos às suas salas de aula, garantindo-lhes a solução dos problemas que presumem encontrar nas escolas ditas inclusivas. Grande parte desses profissionais concebe a formação como mais um curso de extensão, de especialização, com uma terminalidade e um certificado que convalida a sua capacidade de ser um professor inclusivo. Não se trata de uma visão ingênua, mas de uma concepção equivocada do que é formação em serviço e do que significa a inclusão escolar.

A formação continuada é muito importante para o profissional, pois do professor é algo que ele deve fazer de tempo em tempo para sua formação está atualizada, mas também para enriquecer seus conhecimentos práticos e teóricos. Com isso, o docente visa promover um espaço compartilhando seu diferencial, ou seja, suas vivências, suas dificuldades e medos, e suas descobertas através da formação. E nesse processo de formação são momentos de interação com outros profissionais que têm vivências diferentes de muitos, e com isso, aprender novas estratégias pedagógicas discutidas por esses profissionais da educação. Vale ressaltar que o professor tem que ter suas determinadas vivências, estratégias e planejamentos pedagógicos visando sempre ampliar o seu universo cultural.

Por conseguinte, temos que se atentar que não é só o professor que deve está sempre no processo de formação quando trabalhamos com a inclusão escolar, pois o conhecimento advém de todos os profissionais que trabalham na educação, mesmo que de forma indireta do cotidiano da pessoa com deficiência. Infelizmente, na atualidade há diversos profissionais que ainda não estão familiarizados com o assunto inclusão (Prieto, 2006).

No contexto contemporâneo desenvolve-se a partir de conquistas e desafios a qual o grupo de pessoas com deficiência enfrentam no cotidiano social no processo de escolarização. Sabe-se que a gestão escolar é um conceito construído e reconstruído constantemente com o passar dos tempos, pois antes esse termo gestão escolar em sua interpretação era visto pela sociedade como algo voltado a valores políticos, ou seja, sem ênfase dentro da educação igualitária. Mas com as

modificações, atualizações e a percepção de alguns autores, o mesmo veio ter aceitação com um teor mais pedagógico educacional se tornando algo fundamental em um processo de inclusão escolar, colocando a participação de todos em busca da melhoria educacional das instituições.

Em conformidade com a Declaração de Salamanca (1994), esta diz que o processo de inclusão não é só você chegar numa escola, trazer aquele aluno e deixar ele numa sala sem participação ativa e excluindo muitas vezes de atividades pedagógicas. O processo de inclusão é mais do que os alunos sejam educados em uma sala de aula regular, é garantir, manter o aluno permanente na instituição escolar juntamente com seus familiares, e até mesmo com a comunidade local daquele campo, sabe-se que todo ocorrido que esteja relacionado ao aluno vai afetar bruscamente seu desempenho educacional e até mesmo seus comportamentos em meio a sociedade.

(...)administração escolar bem sucedida depende de um envolvimento ativo e reativo de professores e do pessoal e do desenvolvimento de cooperação efetiva e de trabalho em grupo no sentido de atender as necessidades dos estudantes. (Brasil, 1997, p. 9)

O papel da gestão escolar é uma das peças fundamentais no ambiente escolar, é a gestão que faz a diferença, pois é o gestor(a) que pode atuar como articulador(a) de todo o processo que a escola necessita, a qual vai definir suas metas, seus objetivos que deve ser alcançados dentro da instituição, é o gestor que vai estimular a capacitação dos profissionais da educação para que daí em diante possa e implementar projetos de educação inclusiva fazendo de um prédio escolar em uma instituição inclusiva.

Conforme Libâneo (2012, p. 413), quando ele traz a discussão sobre os conceitos de organização, administração e gestão são bem similares, mas apesar disso, cada conceito acarreta sua especificidade: quando se fala em organizações tem como significado ordenar algo, associar as partes de um todo, suprir situações quando necessário realizando uma seguinte ação; administrar é uma ação de conduzir, ou seja, expor/apresentar uma prática em conjunto com normas e funções; sabe-se que conduzir quer dizer o mesmo que administrar, orientar ou dirigir.

Dentro do campo da educação, expressão na organização escolar é regularmente distinguido com a administração escola, termo que tipicamente caracteriza os procedimentos e seus princípios relativo à ação de planejar o trabalho

educacional, simplificar o manuseio dos recursos (materiais, financeiros, intelectuais), coordenar e controlar o trabalho das pessoas.

A construção do termo gestão perfaz todo englobamento de ensino educacional, porém abrange todas as políticas educacionais em todo seu contexto lasseado, inclusive o específico, ou seja, tudo que esteja associado à unidade escolar.

A inclusão escolar, ela não se remete ao termo “deficiência” como alguns ainda alegam titular; de fato a inclusão escolar está ligada a todas as pessoas que se encontram inseridas no sistema regular de ensino, mas não têm as mesmas oportunidades dentro do contexto escolar na educação. Com isso, atenta-se lembrar de que as distinções se fazem igualitárias quando essas pessoas são colocadas em um grupo que as aceite, que colaborem com aprendizado de cada um, com o crescimento educacional a esse público, pois tudo isso, acrescentam a si e aos outros a qualidade de mostrar que todos têm os mesmos direitos e deveres iguais e tendem a receber as mesmas oportunidades perante a vida que nos é cedida a ser vivida. E Rozek (2009, p. 6) traz uma fala muito importante que expõe:

A diversidade pressupõe a preservação de que todas as pessoas são iguais no que se refere ao valor máximo da existência, a humanidade do homem. Neste sentido, a diferença não deve se constituir num critério de hierarquização da qualidade humana, pois independentemente da condição existencial de cada um, todos são seres humanos, com o mesmo valor existencial.

Na atualidade, existe milhares de pensamentos sobre a inclusão e o tipo da mesma que o oferece; que diferencia-se de uma realidade vista pela sociedade alternada com várias conjunturas que podemos observar e refletir desde o pensamento/idealista sobre inclusão que gira em torno de um só, ou seja, isso faz com que a caracterização permaneça com a mesma ao termo “deficiência”. Então, durante uma formação acadêmica e no seu longo tempo de aprendizado podemos observar a diferenciação de rumos que a inclusão atribui-se; norteando-se ao ambiente escolar. É verídico que as instituições escolares não podem fugir dos seus padrões impostos pela sociedade na questão da inclusão.

Antes das reflexões realizadas sobre o papel do gestor escolar para a garantia do direito à aprendizagem na Educação Inclusiva buscamos indagar: *como a gestão escolar democrática e participativa pode contribuir para a garantia dos direitos da aprendizagem na Educação Inclusiva?*

A reflexão da inclusão traz diversos questionamentos e faz necessário refletir sobre o entendimento sobre o papel da gestão escolar na instituição escolar inclusiva no contexto da educação, de modo que através dessa compreensão tem-se condições de oferecer aos discentes um ambiente confortável, acolhedor, uma educação de qualidade para todos os educandos. Por meio deste, podemos considerar que as concepções inclusivas faz-se necessário para que as escolas se modifiquem/transformem em ambientes inclusivos, mas de qualidade, que valorizem as diferenças culturais, sociais, as físicas e sem excluir as emocionais que é importante, assim atendendo as deficiências de cada alunado.

O estudo presente, tem como objetivo geral investigar as contribuições da gestão escolar na garantia dos direitos da aprendizagem na educação inclusiva. E como objetivos específicos: a) Discutir o papel da gestão escolar na garantia dos direitos de aprendizagem na Educação Inclusiva; b) Refletir sobre os avanços e desafios da gestão escolar na Educação inclusiva; c) Compreender o papel do gestor escolar enquanto articulador da aprendizagem na Educação Inclusiva.

. Mediante aos objetivos fez com que por meio das inquietações acerca do agrupamento de limitações que os discentes com deficiência encaram para socializar no espaço escolar e até mesmo seu desenvolvimento de ensino/aprendizagem. O trabalho presente é de suma importância, pois a educação inclusiva vem se destacando nas políticas públicas nas escolas, ou seja, na educação brasileira. Podemos citar a oferta que muitas escolas estão com o atendimento educacional especializado como a LIBRAS, por exemplo, que é a Língua Brasileira de Sinais e isso em um currículo escolar é indispensável para a concretização no sistema educativo inclusivo.

O mesmo traz várias concepções de legislação nacional que garante a todos os estudante com deficiência o direito à educação, uma educação inclusiva em todos os níveis, mas o gestor precisa ter também esse olhar, que uma escola bem estruturada e inclusiva faz parte do processo de gestão democrática. Corriqueiramente as instituições escolares recebem alunos com deficiência, mas o ambiente escolar muita das vezes não é acessível a eles. Contudo, se a instituição apresenta um aluno com deficiência e ele precisa de várias acessibilidades, torna-se necessário que esta apresente condições estruturantes e de acessibilidade proporcionando acesso e permanência no ambiente escolarizado.

Isso deve acontecer para que a qualidade da educação dos alunos apresentem alguma deficiência seja executada e obrigatória. Mediante a essa reflexão a equipe gestora pode adotar medidas de apoio à inclusão escolar, mas ele também necessita assegurar as condições de acessibilidade pedagógica, seja elas nos espaços em que os alunos circulam e nas informações prestadas e por fim nas comunicações de como elas serão entendidas.

Em consonância, trago a ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – CDPD (ONU, 2006), por meio do Decreto Nº 6.949/2009, em que seu Artigo 5 diz:

- 1.Os Estados Partes reconhecem que todas as pessoas são iguais perante e sob a lei e que fazem jus, sem qualquer discriminação, a igual proteção e igual benefício da lei.
- 2.Os Estados Partes proibirão qualquer discriminação baseada na deficiência e garantirão às pessoas com deficiência igual e efetiva proteção legal contra a discriminação por qualquer motivo.
- 3.A fim de promover a igualdade e eliminar a discriminação, os Estados Partes adotarão todas as medidas apropriadas para garantir que a adaptação razoável seja oferecida.
- 4.Nos termos da presente Convenção, as medidas específicas que forem necessárias para acelerar ou alcançar a efetiva igualdade das pessoas com deficiência não serão consideradas discriminatórias. (Brasil, 2009, s/n)

A abordagem metodológica deste estudo é qualitativa em educação, que em primeiro momento configurou-se como sendo exploratória, posteriormente bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica é um meio de conhecimentos, principalmente no meio acadêmico, a mesma traz informações científicas a qual vai aprimorar o conhecimento do discente, através de uma pesquisa, ou seja, uma investigação científica de obras que já foram expandidas. Assim, utilizamos como referencial teórico: Freire (2000); Garay (2011); Libâneo (2009); Mantoan (2003); Menegat (2018); Paro (2001); Saviani (2008); Tezani (2004) e entre outros autores que orienta e conduz o entendimento do presente estudo. Nos fundamentamos ainda, nos documentos oficiais tais como: Declaração de Salamanca (1997); Constituição Federal (1988); Lei de Diretrizes Bases da Educação Brasileira - LDB (Lei nº 9.394/96); Lei Brasileira de Inclusão – LBI (Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/15); Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE/CBE Nº 7/2010) para promover a discussão legal sobre a garantia dos direitos na contextura escolar. A educação inclusiva atualmente vem sendo pautada permanentemente na sociedade.

A pesquisa apresenta reflexões e contribuições no campo da Gestão escolar para a garantia do direito da aprendizagem na educação inclusiva, no Brasil. Por meio de uma pesquisa de abordagem qualitativa em educação, do tipo inicialmente exploratória, posteriormente de análise bibliográfica e documental. Conforme Andrade (2010, p.25) faz entender que: “A pesquisa bibliográfica é habilidade fundamental nos cursos de graduação, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas.” Enquanto que, a pesquisa documental teve como utilização na área das ciências humanas e de acordo com Sá Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 05) traz uma breve explicação do que é uma análise documental, isto é, “[...], um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipo.” Em outras palavras a pesquisa documental ela é desenvolvida por meio de fontes, mas não somente texto escrito como também inclui-se jornais, vídeos, fotos, gravações e entre outros.

Na verdade, falar sobre educação inclusiva em uma sociedade cheia de preconceitos é bem difícil, pois a mesma possui barreiras para separar alunos com necessidades educativas especiais das escolas regulares, mas não é só o preconceito visto em sociedade, contudo tem a questão da estrutura física do espaço escolar, algo que não é tão difícil de superar. Diante disso, é procurar lutar pelos direitos igualitários que nós temos como cidadão brasileiro.

Dessa forma, se a comunidade escolar começar a instigar por meio de manifestações e aí a escola, o gestor há de procurar uma forma de resolver as questões da sociedade. A escola sozinha não consegue muitas vezes preparar o ambiente escolar com inclusão, sabe-se que o primeiro passo é o da escola, mas a ajuda e colaboração da comunidade escolar e sociedade são peças fundamentais para garantir todos os direitos daqueles alunos que necessitam de educação especial. A inclusão está prevista na Constituição, é um direito de cada ser humano.

Para que se compreenda, a estrutura do Artigo está dividido entre introdução que traz a contextualização da temática estudada neste trabalho, a relevância e justificativa da pesquisa, fundamentada em algumas referências pertinentes relacionados ao objetivo do trabalho, como também é exposto o objetivo geral, a descrição, problematização e as contribuições.

Em seguida, temos o ponto “2 Gestão Escolar e Educação Inclusiva: Avanços e Desafios” que vai trazer uma reflexão sobre gestão e inclusão norteando os avanços e seus desafios que os enfrentam. Já no “2.1 O Papel do Gestor Escolar na

Garantia dos Direitos de Aprendizagem na Educação Inclusiva” terá como um norte a reflexão sobre a conscientização de gestores da educação em relação a necessidade de mudança para a construção de uma educação igualitária, ou seja, uma educação inclusiva.

Para finalizar com as considerações finais, indagando o motivo da escolha dessa temática e suas contribuições para a nossa sociedade. Na realidade deve-se sempre surgir e permanecer uma equipe gestora que tenha responsabilidade em estudar essa realidade, ter e fazer um trabalho ordenado em uma gestão democrática, pois é por meio dela que os envolvidos nesse processo de ensino/aprendizagem aconteça a transformação da escola.

2 GESTÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: AVANÇOS E DESAFIOS

A gestão escolar tem como definição de uma ação de administrar como também de gerir. No decorrer dos tempos foram dadas várias concepções à mesma, ou seja, de acordo com Andrade (2001), ele faz com que refletimos sobre essa questão, o dicionário traz diversos sinônimos da língua portuguesa, com cautela, digamos que a palavra gestão no seu sentido original tem como expressão de dirigir, administrar, mas também a gestão se enquadra nos termos de gerir a vida da sociedade humana, os acasos, compreender as funções burocráticas que os as destinam, deposto de uma visão humanística.

Já na ação voltada na questão de planejamento, nesse caso, a distribuição de bens e de sua produção por meio dos mesmos, segundo Garay (2011) com a leitura do mesmo, gestão é uma diligência de organização, diante disso, a direção há de tomar suas decisões levando em consideração das demandas do espaço escolar de seus recursos disponíveis. O autor também explica que o termo gestão está associada ao chamado processo administrativo e com base nessa reflexão recordar de Fayol no ano de 1916 ele traz uma definição muito ampla na questão administrativa como a organização, o ato do planejamento, dirigir e ter o controle dos recursos das instituições para que daí possa alcançar todos os objetivos planejados.

Entrelinhas, faz-se necessário trazer alguns modelos de gestão, demonstrando os modelos que já existem e suas especificidades. No primeiro modelo de gestão citaremos o neoliberal que tem como característica dinamismo despicienda do Estado na qual devem existir suas regras e diretrizes. Neste aspecto,

Saviani (2008) toda a instituição escolar tem de exercer a sua autonomia, não obstante, sabe-se que sozinha em suas condutas, dispensando o Estado de interpor e adiante dar assistência às secretarias e unidades de educação.

Enquanto que, no segundo modelo, a instituição escolar precisa encontrar parcerias fora do ambiente da mesma, fazendo com que economize verbas mediante a restrição do erário a qual é atribuída para a educação, onde é assimilado através de seleções sejam elas privadas ou públicas. Pensar que no panorama brasileiro para Saviani (2008) e Libâneo (2009) é um risco total abdicar a educação desprovida de um intermédio do Estado, por intervenção de decretos e legislação, posto que os regulamentos que dão o norte do sentido de cidadania atravessaria ao agir com interesses privados.

Já o seguinte modelo da gestão escolar é o sócio-crítico que tem uma centralização na consciência da transformação do sujeito na escola. Essa concepção faz com que discorde da ideia do neoliberal quando falamos na questão da desobrigação do Estado no apoio em questões oficiais/formais. Nesse âmbito, em conformidade com Sacristán (1999) a ação do Estado é uma peça necessária para poder regular a educação e assim direcionar qual o tipo de entidade que tenciona a operação cedida.

Além disso, temos também os modelos de organização as quais estão representados como gestão técnico-científica que visa meios de trabalhos técnicos, ou seja, trabalho por meio de hierarquia e do centralismo do poder. Enquanto que, a autogestionária evidencia-se de uma maneira criativa buscando estratégias de autogestão dentro da escola para que se tenha decisões justas coletivamente que deixem a sociedade marcada dentro e fora do âmbito escolar. Logo adiante, temos a interpretativa que vai se basear no subjetivismo em relação à instituição educacional que vai interpretar a principal preocupação na questão de organização, fortes tendências pedagógicas a valores compartilhados e também o foco no ato de organização.

Por último, aparece o democrático participativo, enquanto a essa organização ela é a mais valorizada dentre os autores mais destacados quando falamos da educação em nosso país brasileiro como Saviani e Libâneo. A gestão democrática na educação prediz um modo de organização quando a instituição escolar define seus objetivos pedagógicos e sociopolíticos. Assim sendo, foram apresentados os

modelos de gestão escolar e suas características de como elas funcionam e suas peculiaridades.

Os órgãos institucionais relacionam a democratização do ensino a medidas inclusivas, muitas das vezes deduzindo que aquela postura ajudará o acesso das categorias menos favorecidas à escola. É, na verdade muitos preceptores tem um olhar para a democracia como escaladas de gerações de oportunidades educacionais visando o desenvolvimento dos processos didáticos e tendo em vista a democratização administrativa que assegura a participação dos docentes e da comunidade escolar na tomada de decisões em relação ao ambiente escolar.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira conhecida como LDB, Lei regida 9.394/96 a qual determina a respeito da gestão democrática e colaboração de todas as pessoas envolvidas no processo educacional e o Artigo 3º e 14º apresenta:

Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (...) VII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; (...). Art. 14º. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares e equivalentes. (Carneiro, 2012, p. 49, 171).

Então, os artigos citados acima quanto mais for a participação da comunidade escolar, direção, professores e todos os envolvidos na educação no decorrer das tomadas decisórias para a educação maior e grande será sua produção, ou seja, conseqüentemente isso tudo faz com que a construção de uma sociedade seja mais justa e igualitária. Desse modo, toda participação faz a sua diferença propondo mudanças significativas na vida social, mediando em que elas perpassam o interesse e sentindo-se responsáveis pelos seus interesses comuns.

A gestão democrática deve ser entendido que para ela acontecer tem que haver a participação ativa e de forma coletiva de todos que compõem o sistema da educação, mas para que isso aconteça é necessário ter gestores que tenham compromisso com suas responsabilidades e capacitação para que haja desempenho fundamental no ensino/aprendizagem dos discentes, que a administração tenha aptidão de criar, planejar, delegar suas respectivas funções necessárias.

Nessa conjuntura, é possível dizer que a gestão democrática participativa dentro das instituições escolares requer de fato a participação da comunidade nos procedimentos que são colocados nas escolas, ou seja, desenvolvidas. Consideramos que na realidade a tarefa quando colocada em prática não é fácil, visto que, competindo a gestão e sua equipe gestora e desenvolver novos métodos, estratégias trazendo motivações para as pessoas que possam se envolverem e também participarem da vida escolar, mas sabemos que muitos tem essa dificuldade, pois muitos trabalham, acabam tendo pouca participação por conta do tempo de disponibilidade, coisa que infelizmente muitos não tem, daí vem o papel do gestor, de sua estratégia e novos métodos para que possa assegurar a presença desses indivíduos e que possam participar de todas reuniões que houver nas instituições. E esse ciclo faz com que a realidade escolar participe democraticamente nas escolas públicas do nosso País brasileiro.

A escola é um ambiente de respeito com toda a sociedade e com isto, com todas as reflexões expostas acima a educação inclusiva não pode ser esquecida, pois quando refere-se aos direitos da pessoa com deficiência que tem os mesmo direitos iguais, principalmente o direito e acesso à educação e sua permanência, seja ela pública ou até mesmo privada. De acordo com a constituição Federal de 1988 a pessoa com deficiência tem a garantia do direito à cidadania e a dignidade humana e isso está presente no (Art. 1º, incisos II e III), isso faz com que tenha respeito, sem preconceitos de origem, cor, cultura, idade, sexo, raça e qualquer outras formas que vem para o lado da discriminação, promoção do bem de todos (Art. 3º. inciso IV) e sem esquecer do mais importante a garantia do direito de igualdade (Art. 5º). Em concordância com Mantoan (2003) ele diz que:

(...) a Constituição elege como um dos princípios para o ensino 'a igualdade de condições de acesso e permanência na escola' (art. 206, inciso I), acrescentando que o 'dever do Estado com a educação será efetivado mediante garantia de acesso aos níveis mais elevados de ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um' (art. 208, inciso V) (Mantoan, 2003, p. 36).

Em conformidade no Artigo 208, inciso IV, que também é apresentada na Constituição Federal o atendimento especializado para pessoas portadoras de deficiência deve ser ofertado na rede regular de ensino, pois esse artigo deixa bem claro que referencia-se aos instrumentos que vai extinguir as barreiras que essas pessoas encontram cotidianamente na rede escolar de ensino. (Brasil, 1998).

Conforme os Parâmetros Curriculares Nacional (PCN), o gestor deve estar ciente que as adaptações dos currículos são fragmentadas em dois níveis, isto é, as adaptações significativas e as não significativas. Logo, as adaptações significativas ela vai requerer mais atenção, isto é, exigir um planejamento bem elaborado e a observação coletiva, para que possa atender às necessidades diversificadas dos discentes e também o funcionamento da escola e sua organização em si. (Brasil, 1998). Com isso, o Projeto Político Pedagógico deve ser reorganizado e readaptado no currículo para que possa ter uma construção positiva e plausível de uma escola inclusiva.

Reforçando o projeto político-pedagógico da escola, como a própria expressão da organização educativa da unidade escolar, surgem os conselhos escolares, que deverão orientar-se pelo princípio democrático da participação. A gestão da educação e a cobrança de resultados, tanto das metas como dos objetivos propostos neste plano, envolverão comunidade, alunos, pais, professores e demais trabalhadores da educação. (Brasil, 2001, p.18)

A unidade escolar deve buscar condutas para que possa envolver toda a comunidade escolar e debater sobre os planejamentos de inclusão e a valorização dos alunos. E segundo Paro (2001) também faz refletir que não há dúvidas de forma alguma de que devemos pensar na escola como uma unidade que colabora, participa, contribui para a transformação social do alunado.

Então, uma escola para se tornar inclusiva Tezani (2010) ela ressalta quatro pontos importantes seguindo passos. O primeiro é criar uma comunidade inclusiva que enquadre o planejamento e aperfeiçoamento do currículo, o segundo ponto é preparar todos da comunidade da escola que elas trabalhem cooperativa e que apresente-se com vários saberes e já o terceiro vai envolver os dispositivos de comunicação entre unidade escolar e comunidade escolar, enquanto que, o quarto ponto é saber organizar o tempo trazendo reflexões de práticas pedagógicas que serão desenvolvidas ou que já estão sendo praticadas pelos docentes da instituição.

Condizente, Sant'Ana (2005) com o intuito de que transcorra a inclusão é essencial o envolvimento de todos os membros da equipe escolar na organização das ações que serão pautadas e programas voltados à temática; inclusão. Os Professores, gestores e funcionários que estão envolvidos na educação escolar que desenvolvem papéis específicos dentro da escola, a equipe gestora deve contar com o agrupamento para que sejam criados métodos que garantam o acesso e a permanência destes discentes na escola.

A escola e todos os envolvidos necessitam se reconstruir para que possam atender a toda a sua comunidade, na qual fazem parte pessoas com e sem deficiência. Em síntese, se faz necessário as adaptações nos espaços e nos recursos didáticos, na estrutura física, e principalmente uma mudança de atitude e no desenvolvimento das práticas de ensino e aprendizagem e nas relações sociais.

A inclusão de pessoas com deficiência cada vez mais em nossa sociedade, e dessa forma, o papel do gestor em uma instituição escolar tem que procurar inovações para a adaptação desses alunos a qual tem seus respectivos direitos como cidadão e buscar constantemente conhecimentos sobre a Educação Especial - EE, ou seja, é procurar formações/especializações nessa área, fazer com que a equipe escolar (professores) se especializarem na área da EE.

A inclusão desses alunos não depende só do gestor, mas sim, dos professores na qual vão estar inseridos cotidianamente em salas de aulas, equipe pedagógica como também os colegas de classe, no entanto o gestor é o principal responsável que tem um papel muito importante na escola, visto que, é através de sua conduta se espelhará e daí em diante um começo para fazer acontecer a inclusão e adaptação dos sujeitos com necessidades especiais. Dessa forma, a lei Nº 13.146, de 6 de Julho de 2015 os seguintes Artigos falam que:

Art. 3 (...) VI - adaptações razoáveis: adaptações, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que a pessoa com deficiência possam gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais;

XIII - Profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas;

XIV - Acompanhante: aquele que acompanha a pessoa com deficiência podendo ou não desempenhar as funções de atendente pessoal.

Art. 4 Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

Art. 8 É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e

seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico. (Brasil, 2015, s/n)

O paradigma da educação inclusiva trouxe bastante avanços como também diversos desafios à educação. Então, sabemos com clareza que quando se fala de inclusão é por que existe exclusão, seja ela em sociedade contemporânea, dentro da educação onde abrange todo o desenvolvimento do ser humano.

Inclusão, de acordo Mantoan (2003) diz que: “a inclusão trata-se de um acontecimento prazeroso de convivência com o diferente” e essa fala do autor faz refletir que as pessoas tem capacidade o suficiente para respeitar o próximo de uma forma a reconhecer seus atos e de ter um respeito mútuo, de compartilhar, admirar o esforço e a capacidade do diferente de nós.

É essa diferença que os seres querem, uma educação inclusiva acolhedora sem nenhuma exceção. Infelizmente, há principais barreiras enfrentadas pela inclusão escolar e são elas: a ausência de infraestrutura nas instituições de ensino, a falta de preparação de professores qualificados nessa área, a prática do *bullying* que ocorre frequentemente por pessoas que não tem a noção do quanto machuca alguém.

Contudo, uma pessoa com necessidade especial passa por uma situação dessas, o que pode acarretar em sua vida? Uma questão que é preocupante, mas vivenciada nos dias de hoje. A falta da preparação de um professor é um grande problema, é ele o mediador de conhecimentos, o mesmo tem um papel fundamental/primordial na modalidade de ensino de educação especial o qual traz e obtém a centralidade do ensino/aprendizagem com o aluno transformando-os profissionais, mas também deixar o seu legado de desenvolvimento do aprendizado do discente.

Então, os avanços no campo da política da Educação Inclusiva é notável a qual percebemos que tem uma sistematização de implementação de programas e até mesmo ações articuladas para a formação dos docente com destino a ser continuada essa formação para que possam atuarem na Educação Especial, ou seja, implantação de salas com recursos multifuncionais, o direito à diversidade, também podemos colocar o Benefício de Prestação Continuada da assistência Social que é conhecida como (BPC) e demais benefícios.

A educação inclusiva constitui uma proposta educacional que reconhece e garante o direito de todos os alunos de compartilhar um mesmo espaço escolar, sem discriminações de qualquer natureza. Promove a igualdade e

valoriza as diferenças na organização de um currículo que favoreça a aprendizagem de todos os alunos e que estimule transformações pedagógicas das escolas, visando à atualização de suas práticas como meio de atender às necessidades dos alunos durante o percurso educacional. (Brasil, 2007, p. 14)

E sabemos que o atendimento educacional especializado possibilitará várias identificações de barreiras que o aluno enfrenta no contexto educacional comum e que o impedem ou o limitam de participar dos desafios de aprendizagem na escola. Dessa forma, é dever da instituição em que o aluno está matriculado fazer essas identificações de quais recursos utilizar e estratégias a serem tomadas e a ampliação das habilidades que esses discente possuem e a partir disto, garantir sua participação ativa em sala de aula, nas atividades, nas relações com os demais colegas e profissionais da educação e nos espaços escolar. E já dizia Paulo Freire que: "Se a educação sozinha, não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda". (Freire, 2000, p. 67).

Alunos com deficiência têm direito à educação de qualidade, uma escola acessível e a direção tem a imagem de construir um ambiente escolar de qualidade para garantir direitos iguais, então, quando pensamos em acessibilidade, não é apenas as condições físicas que aquele ser social tem, ou seja, acessibilidade amplia todas as condições, principalmente na área da educação pedagógica. Os autores Dutra e Griboski (2005) a equipe gestora para contribuir com a inclusão deve mobilizar a sociedade fazendo com que a população entenda a realidade que uma pessoa com deficiência perpassa durante seu trajeto na educação e acompanhar as transformações dos sistemas educacionais, sempre está buscando ajudar para melhorar e desenvolver a qualidade de ensino e aprendizagem, e buscar a responder aos anseios daqueles grupos que têm sido excluído do processo educativo durante seu tempo todo. Para Sage (1999) a gestão pode como deve explorar comportamentos de pensamentos e ações cooperativas a serviço da inclusão.

Entretanto, é nesse momento que entra a gestão escolar democrática e participativa, e dentro dessa perspectiva vai envolver toda interação e competência onde será compartilhado conhecimentos e responsabilidades que o gestor tem de oferecer a qual ele deve enfrentar obstáculos no sentido da melhoria e qualidade da educação daquela instituição escolar. Mas para isso, todos que trabalham na educação precisam estar presentes cotidianamente, ser inovadores, apresentar

ideias positivas com intuito da escola ser produtiva, proativa e ser reconhecida socialmente.

Na verdade, para que uma escola seja democrática é preciso reconstruir o Projeto Político Pedagógico (PPP), ou seja, quando se refere ao PPP fica bem claro que construir, executar e avaliar é o papel da escola discorrer sobre o assunto caracterizando um plano coletivo trazendo ações, realizações e reflexões sobre os princípios norteadores de uma instituição escolar. Veiga (2004), faz com que refletimos que o PPP em si é uma organização de uma estrutura escolar. O PPP é um documento contínuo que precisa e deve ser atualizado sempre, é um tipo de sistema que é criado por uma equipe educacional e comunidade escolar. E o mesmo diz que:

A gestão democrática implica necessariamente o repensar da estrutura de poder da escola, tudo em vista de sua socialização. A socialização do poder propicia a prática da participação coletiva, que atenua o individualismo; da reciprocidade, que elimina a exploração; da solidariedade, que supera a opressão; da autonomia, que anula a dependência de órgãos intermediários que elaboram políticas educacionais das quais a escola é mera executora. (Veiga, 2004, p.19)

Na atualidade, um dos maiores desafios é a colocação para a construção de uma escola democrática trazer um resgate do trabalho em grupo onde é feito para o desenvolvimento de projetos, propostas pedagógicas e entre outros. Se for fazer uma reflexão a esta posição, uma reorganização, uma revisão em relação ao poder dentro da instituição seria uma séria implicação. Deixando claro, todos os docentes têm o direito de ter participação em decisões quando afeta seu trabalho. Melhor dizendo, isso é uma condição para a instituição de compromisso entre propostas pedagógicas que foram desenvolvidas e os mesmos.

2.1 O PAPEL DO GESTOR ESCOLAR NA GARANTIA DOS DIREITOS DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Na garantia do ensino/aprendizagem na educação inclusiva, o papel do gestor é ser humano com as pessoas, está presente cotidianamente entre os anseios técnicos internos como também ser capaz de suprir as necessidades da comunidade externa que a escola acolhe, esse é um exemplo de uma administração de um gesto humanitário e não só “teclar na mesma tecla” que é aquela de só administrar de maneira técnica a instituição escolar.

Então, a educação inclusiva é um tema muito importante a ser falado e concretizado na sociedade e essa abordagem temática vem sendo repercutida desde o ano de 1994, e esse conceito vem tratando de uma ideia em que todas as pessoas com necessidades especiais devem ter um ambiente igualitário para sua formação educacional. É algo muito difícil de encontrar uma escola totalmente inclusiva, uma instituição com um espaço estruturado para as crianças que precisam ser incluídas na educação em escolas de ensino regular.

Muitas vezes a sociedade não entendem que para conseguir um ambiente inclusivo não é uma tarefa fácil para o gestor, mas ele precisa ser resoluto, ou seja, é ser sólido em suas escolhas dentro de sua administração escolar, é por meio deste, que a escola vai fluir e repassar uma imagem positiva para outras escolas, e elas poderem caminhar na mesma direção objetivando a tornar uma escola em um ambiente inclusivo e saudável para todos que por ali passam.

Dessa forma, é pelo gestor responsável de suas escolhas na qual a escola vai adaptar-se ou não a uma educação inclusiva em seu espaço de gestão. Por isso, o administrador tem um papel essencial para a inserção de todos os discentes de forma igualitária dentro da educação. Essa fala faz lembrar da Declaração de Salamanca que diz o seguinte: “Uma administração escolar bem-sucedida depende de um envolvimento ativo e reativo de professores do pessoal e do desenvolvimento de cooperação efetiva de trabalho em grupo no sentido de atender as necessidades dos estudantes.” (Brasil, 1997, p. 9)

Vale destacar que, o professor é o pilar principal para sustentar a inclusão, pois é ele que vai construir objetivos, planejamentos e projetos que serão acarretados na aprendizagem desses alunos especiais. Todavia, o gestor deve precaver diretamente com novas táticas juntos aos educadores, dando apoio, se necessário distribuição de materiais para serem trabalhados em sala de aula e até mesmo ter um treinamento profissional bimestralmente com profissionais da educação inclusiva. É nessa linha que o gestor tem que trabalhar juntamente com os docentes desenvolvendo projetos que sejam aptos a envolver todos os alunos de maneira íntegra. O Art. 28 da lei Nº 13.146, de 6 de Julho de 2015 sinaliza que:

(...) III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia. (Brasil, 2015, s/n)

Dando continuidade com ênfase aos projetos pedagógicos pode também o diretor buscar por meio da gestão municipal, estadual ou federal, ou melhor, meios de criar um projeto que incluísse profissionais de diversas áreas de especialidades para mais acolher esses alunos em sala de aula podendo ajudar mais ainda em sua aprendizagem, ofertar projetos que interliga sua aprendizagem e profissionalismo, muitos desses alunos vão querer uma formação de graduação, ter seu próprio trabalho e ser independente de outras pessoas e como citei acima, o mesmo Art. 28 da mesma Lei Nº 13.146, de 6 de Julho de 2015, ressalta algumas opções importantíssimas:

IV - oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas; (...) X - adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado; (...) XI - formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio; (...) XIII - acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas; (...) XV - acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar; (...) XVII - oferta de profissionais de apoio escolar. (Brasil, 2015, s/n)

O diretor da instituição escolar inclusiva deve estar pronto para dedicar-se às necessidades que são encontradas em um público alvo apresentado por diversidades que são os alunos da escola. Não se deve esquecer que esse profissional tem que está sempre na secretaria de direção, mas sim envolver-se nos diversos espaços da instituição e ajudar com os demais profissionais na criação de projetos pedagógicos alinhando a necessidade do discente e os interesses sociais. Quanto mais projetos forem criados e executados de forma lúdica para as crianças na educação inclusiva, isso é uma gestão democrática. Vale ressaltar uma fala de (Menegat, 2018, p. 116) que diz assim: “A gestão democrática está presente no ideário teórico e legal contemporâneo que trata dos processos e práticas gestoras das organizações, independentemente da tipologia que as caracteriza.”

A gestão escolar tem seu posto de como organizar todos os elementos existentes dentro da escola, seja ela direta ou indireta, desde o espaço físico, aos recursos e o mantimento de influência no trabalho pedagógico priorizando pelo ensino e aprendizagem dos estudantes que passarem por lá. Uma coisa muito importante que deve ser inserido nesse contexto é que na educação inclusiva, de forma alguma o gestor deve tomar decisões de fazer separações de alunos com deficiência dos outros alunos que não tem.

Destarte, em uma sala de aula temos trinta alunos e cinco especiais, ou seja, com deficiências diferentes, chega o diretor e faz uma separação desses discentes do restante da turma achando que essas crianças podem atrapalhar no aprendizado dos demais colegas, mas em nenhum momento o gestor deve fazer isso, ao invés disso, procurar fazer uma reunião com a equipe pedagógica e até mesmo com os pais juntos para que possam reaver a situação, promover projetos como dito acima, fazer com que os professores se aperfeiçoem em sua qualificação profissional e até mesmo se especializando.

Nesse sentido, como os alunos excluídos dos demais colegas irão se sentir? E sua família como vão reagir após saber de uma situação tão constrangedora em que seus filhos estão passando dentro da escola? É nesse caso que muitas vezes acontecem a evasão escolar, alunos e familiares tendem a ter vulnerabilidade emocional. Quando o aluno é excluído, ele vai ficar triste, emotivo, até mesmo podendo acarretar em uma depressão prejudicando literalmente sua saúde e bem-estar emocional como seu ensino/aprendizagem. E Menegat (2018) diz que: “A educação de qualidade passa também pela qualidade da gestão escolar. Portanto, aqueles que estão à frente dessa gestão necessitam ter o domínio sobre um conjunto de conhecimentos específicos para exercer de forma efetiva tal função.” (Menegat, 2018, p. 28.)

Enquanto que, os pais dessas crianças após descobrir vão retirar seus filhos dessa escola e até mesmo levar a instituição ao tribunal. Mas os professores devem estar bem atentos também que inclusão social, não é só deixar o aluno em sala e dar aula aos “outros” alunos e esquecer o indivíduo que tem necessidade especial. O incluir significar muito mais, é a participação de todas as atividades conjuntas que serão realizadas em sala, e o mediador deve reconhecer a diversidade de sua turma, a realidade dela, cada discente é diferente um do outro, cada aluno tem seus pontos fortes e fracos e até mesmo desafios individuais as quais enfrentam no dia a dia. Antes de tudo, o professor pode levar discussões sobre a diferença, o respeito, promovendo a apreciação da diversidade que sustenta a verdadeira inclusão. Para mais, o Artigo 206 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 lista algumas orientações a serem tomadas:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
VII - garantia de padrão de qualidade.
VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos da lei federal.
IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.
(Brasil, 1988, s/n)

Assim sendo, é a gestão que faz as suas escolhas e como sua escola irá se adaptar ou não a uma educação inclusiva. De acordo com o parecer CNE/CEB Nº 7/2010 o discente se constitui na centralidade da educação básica onde o parecer fala que uma sociedade educada terá uma condição proporcional de participação social, isso faz acreditar que o alunado seja consciente de seus atos, direitos e deveres, sejam eles sociais, éticos, políticos, civis e econômicos. Dessa forma, a documentação continua apresentando que:

Cuidar e educar significa compreender que o direito à educação parte do princípio da formação da pessoa em sua essência humana. Trata-se de considerar o cuidado no sentido profundo do que seja acolhimento de todos –crianças, adolescentes, jovens e adultos –com respeito e, com atenção adequada, de estudantes com deficiência, jovens e adultos defasados na relação idade-escolaridade, indígenas, afrodescendentes, quilombolas e povos do campo. (Brasil, 2010, s/n)

Neste sentido, para que se tenha a garantia na educação com o direito dos seres humanos, público e social inessíveis, é necessário encarar em uma realidade real e atual. Quando falamos em/na educação, acordamos em uma sociedade marcada pela marginalização/exploração social que levam a perda do acesso à prosseguimento na instituição escolar, conseqüentemente a garantia dos seus direitos à educação. Atualmente acontecem vários casos em questão acima, principalmente com as pessoas com necessidades especiais.

A equipe gestora deve refletir, agir com elaboração de planejamentos, propostas pedagógicas e projetos com ênfase no desenvolvimento de uma política educacional inclusiva, deve estar a propagação de uma cultura escolar pautada nos direitos humanos, especialmente, no direito de todos os educandos terem um ensino de qualidade, com o pressuposto básico da igualdade social.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir, fica claro que as pessoas com necessidades educacionais especiais devem e têm o direito e garantia do ensino/aprendizagem em uma escola de ensino regular, assim como exercer sua função de cidadão. As lutas históricas para chegar e reivindicar a implementação de políticas públicas inclusivas vem assegurando, portadores de deficiência, uma maior permanência no ambiente escolar, mas também em meio a sociedade, e com isto, faz com eles se sintam confortáveis, proporcionando uma independência rompendo várias barreiras atitudinais.

A escolha desse tema foi por ele ser importante para a sociedade podemos refletir que educação especial é totalmente diferente de uma educação inclusiva, pois esse posto não separa o discente do aprendizado, do convívio do ambiente escolar regular e isso faz com os alunos se desempenhem como parte integrante de uma sociedade brasileira.

Em uma construção de uma instituição educativa inclusiva há dificuldades que podem ser melhoradas em vários aspectos as quais podemos citar como: faltas de recursos didáticos, a desvalorização da mão de obra, a adequação das instalações, equipe de apoio durante a aprendizagem daquele aluno, o diálogo estreito e constante com o familiar do discente e entre outros.

O prédio escolar, é responsável pelo desenvolvimento de todas as pessoas, ou seja, a escola deve se tornar em um ambiente confortável, interativo a qual a equipe gestora e pedagógica estejam presentes, sendo assim, reduzindo as adversidades e ampliando a educação da aquisição com os alunos formando-os pessoas objetivas e críticos. E o professor é uma das peças chave deste processo de conhecimento e aprendizagem, pertencendo a ele conduzir o aprendizado não discriminando o conhecimento, com a finalidade de ajudar para com que essas pessoas com deficiência tenham um pensamento crítico e que eles conectem e continuem no processo de escolarização.

Entretanto, para que essa realidade possa surgir e permanecer a equipe gestora deve estudar essa realidade, ter e fazer um trabalho ordenado em uma gestão democrática, pois é por meio dela que os envolvidos nesse processo de ensino/aprendizagem aconteça a transformação da escola, mas como assim? Sendo um espaço de estudos, mas além do mais, um lugar em que todos possam compreender suas necessidades específicas, fazer com que elas se coloquem uma

no lugar da outra. De fato, os gestores devem ter o conhecimento de que a instituição educativa só vai ser acolhedora quando ela decidir seu processo educativo que comprometa com a inclusão social, obviamente aqueles alunos com necessidades educacionais especiais, dessa forma a escola e sua gestão tornará uma gestão democrática e aberta.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à metodologia do trabalho científico. Elaboração de trabalho na graduação.** São Paulo/SP - Atlas, 2010.

BRASIL, [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.compilado.htm. Acesso em: 13 Set. 2023.

_____, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado 1988.

_____, Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: **Ministério da Justiça/Secretaria Nacional dos Direitos Humanos**, 2. ed., 1997

_____, Decreto nº 6.949, 25 de agosto de 2009.

_____, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (**Estatuto da Pessoa com Deficiência**) LEI No – 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015.

_____, **Parecer CNE/CEB nº 7/2010.** Despacho do Ministro, publicado no D.O.U. de 09/07/2010. Seção 1, p.10.

BRASÍLIA, 9 de janeiro de 2001; **180º da Independência e 113/ da República.**

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo;** 20. Edição; Petrópolis RJ: Vozes, 2012. p. 581.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** São Paulo: UNESP, 2000.

GARAY, Angela. **Gestão.** In: CATTANI, Antonio David; HOZLMANN, Lorena (Org.). **Dicionário de trabalho e tecnologia.** 2. ed. Porto Alegre: Zouk, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** 11 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como Fazer?** São Paulo:

Moderna, 2003.

MENEGAT, Jardelino; SARMENTO, Dirleia Fanfa; RANGEL, Mary. **O direito à Educação de Qualidade e suas Decorrências para a Gestão Escolar.** Revista *on-line* de Política e Gestão Educacional, vol. 22, núm. 1, Esp., 2018, pp. 105-136. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras. DOI: <http://doi.org/10.22633/rpge.v22.nesp1.2018.10786>.

PARO, Víctor Henrique. **Gestão democrática da escola pública.** São Paulo, ÁTIVA. 2001.

PRIETO, Rosângela Gavioli. **Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil.** In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér. PRIETO, Rosângela. Gavioli. *Inclusão escolar: pontos e contrapontos.* São Paulo: Summus, 2006

ROZEK, Marlene. (2009). **A educação especial e a educação inclusiva: compreensões necessárias.** *Reflexão E Ação*, 17(1), 164-183. <https://doi.org/10.17058/rea.v7i1.91>

SÁ-SILVA, Júnior. ALMEIDA, C.D, Guindani, Joel Felipe. **Pesquisa Documental: pistas teóricas e metodológicas.** Revista Brasileira de História e Ciências Sociais, São Leopoldo, RS, 2009.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Poderes instáveis em educação.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

SAVIANNI, Dermeval. **Escola e democracia.** 40. ed. Campinas: Autores Associados Ltda., 2008.

TEZANI, Thaís Cristina Rodrigues. **Os caminhos para a construção da escola inclusiva: a relação entre a gestão escolar e o processo** Universidade Federal de São Carlos, 2004.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Educação básica e educação superior: projeto político-pedagógico.** 3. ed. Campinas: Papirus, 2004.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradecer a Deus e a Nossa Senhora por me fortalecer a minha mente e alma, pela sabedoria que foi me dado durante essa jornada, mesmo com alguns obstáculos, dificuldades, anseios, mas Deus estava e continua presente em minha vida, que fez com que meus objetivos fossem alcançados, durante todos os meus anos de estudos.

Agradeço aos meus pais, ao meu companheiro, familiares e amigos que sempre estiveram ao meu lado, pela amizade incondicional e pelo apoio demonstrado ao longo de todo o período de tempo em que me dediquei a este trabalho.

Também não posso esquecer da minha querida avó Josefa (In Memoriam), que nos deixou há pouco tempo, mas fez tanto por mim ao longo da sua vida; fazendo com que eu nunca desistisse dos meus estudos e meus sonhos.

À minha professora orientadora Drn^a. Livia Maria Serafim Duarte Oliveira por ter sido minha orientadora e por todos os conselhos, pela ajuda e pela paciência com a qual guiaram os meus estudos, o meu aprendizado, e sei que levarei para minha vida pessoal e profissional.

Ademais, aos meus colegas de curso, onde tivemos uma convivência intensa durante esses últimos anos, pelo companheirismo, pelas trocas de experiências que me fez crescer não só como pessoa, mas sim como profissional da educação.

À instituição de ensino Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e a todos as que compõem, à qual foi essencial no meu progresso de formação profissional, pela dedicação, e por tudo o que aprendi ao longo dos anos do curso.

Por fim, a todos aqueles que contribuíram, de alguma forma, para a realização direta ou indiretamente do desenvolvimento deste trabalho de pesquisa, enriquecendo o meu processo de aprendizado.

